

“Interessante”

(É o que Sarney passou a pensar do parlamentarismo)

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, vai tentar neste final de semana, pela última vez, conseguir o consenso e o entendimento entre os parlamentaristas e presidencialistas, visando evitar o confronto sobre a questão no plenário da Comissão de Sistematização. As duas posições estão equilibradas, segundo Ulysses, que procurará os líderes das duas correntes, além de encontrar-se com o presidente José Sarney e o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, carregando a emenda recém-apresentada pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), preparada pelo assessor de Ulysses, o jurista Miguel Reale Júnior, e que estabelece o que chama de “presidencialismo parlamentar”.

No entanto, a par disso, surgiu novo fator que poderá influir na questão do sistema de governo: o presidente Sarney passou a considerar “interessante” a tese dos parlamentaristas de implantação gradual do parlamentarismo, mas só aceitando a mudança se a futura Constituição consagrar também o voto distrital misto e a possibilidade de dissolução da Câmara.

Pessoalmente presidencialista, Ulysses Guimarães acredita que as concessões feitas ao sistema parlamentar na emenda Manoel Moreira agradarão aos parlamentaristas, ou parte deles. Pela emenda, o presidente da República continua na chefia do Estado e do governo, mas são criadas as figuras do primeiro-ministro e do conselho de ministros, nomeados e exonerados pelo presidente da República.

Ulysses acha que o presidente Sarney poderá admitir a presença do primeiro-ministro, que não passaria de um colaborador do presidente, e do conselho de ministros. Se houver acordo das lideranças em torno da tese, além da anuência do relator Bernardo Cabral, a questão do sistema de governo não precisaria ser submetida a voto na Comissão de Sistematização. Seria evi-



A reunião do grupo parlamentarista

tado o choque entre o parlamentarismo clássico, ou semi-clássico, do projeto de Cabral, e o presidencialismo “aprimorado” da emenda Teodoro Mendes — que aliás tem o total apoio do presidente Sarney, mesmo porque foi preparada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Pela emenda Manoel Moreira, que Ulysses tentará introduzir no substitutivo, o primeiro-ministro será uma espécie de executor do plano de governo apresentado pelo presidente, embora este possa delegar a ele os poderes de convocar e presidir o conselho de ministros, e de vetar projetos de lei, entre outros.

O primeiro-ministro será obrigatoriamente um parlamentar, nomeado pelo presidente e exonerado, se for o caso, depois de consulta aos presidentes dos partidos que apóiam o governo. Sua indicação será submetida ao Congresso. Rejeitado, será enviado outro nome e, no caso de segunda recusa, o presidente nomeará quem quiser, exceto os dois rejeitados.

De qualquer forma, o acordo que Ulysses pretende deve estar selado no máximo até terça-feira próxima, prazo final para que o relator Bernardo Cabral apresente a segunda versão do projeto de Constituição.

Parlamentarismo gradual

A possibilidade de o presidente Sarney vir a apoiar a tese do parlamentarismo gradual foi transmitida por ele próprio, em encontros isolados que manteve durante a semana com os senadores José Richa (PMDB-PR) e Carlos Chiarelli (PFL-RS), e com os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Alcení Guerra (PFL-PR), todos parlamentaristas.

Em princípio, o grupo parlamentarista pensa em apresentar uma emenda que tenha como núcleo a proposta de Cid Carva-

lho e do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Estão previstos seis anos de mandato para o presidente Sarney, sendo que os dois últimos com um parlamentarismo mais efetivo, chegando, ao final, à fórmula pura. No entanto, há sugestões para que se apresse a chegada ao novo sistema.

Segundo Alcení Guerra, o presidente Sarney teme por sua imagem caso seu mandato seja mesmo de seis anos, enquanto alguns peemedebistas reagem ao voto distrital misto porque significaria a provável extinção dos partidos comunistas e a estagnação das bancadas do PDT e PT, proporcionando o domínio absoluto do quadro político pelo PMDB e PFL.

Ulysses Guimarães, porém, em seu encontro de hoje com Sarney, levará notícias otimistas — por exemplo, de que as posições radicais estão sendo abandonadas e que já se pode sentir uma forte disposição para o entendimento entre as correntes presidencialista e parlamentarista.

Apesar de uma pesquisa interna do PMDB ter apurado tendência da maioria pelo parlamentarismo, Ulysses observou que o mesmo não ocorre nos demais partidos, onde o presidencialismo “parece dominar”.

Ataques de Lyra

Sarney, de seu lado, ponderou aos parlamentaristas, com quem se encontrou durante a semana, que existe um grupo dentro do PMDB pretendendo forçar o parlamentarismo puro desde logo, que esse grupo quer o confronto e, por isso, seus componentes foram “listados” pelo Palácio do Planalto “para uma identificação bem clara”.

Já o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), um parlamentarista, acusou Sarney, em Porto Alegre, de estar utilizando “métodos maléficos para tentar corromper os membros da Constituinte e influir, usando a força do cargo, em relação ao regime de governo e à duração do mandato”.

Porto Alegre: comício das diretas termina em tumulto.

Terminou em tumulto o comício pró-diretas realizado ontem em Porto Alegre, que reuniu cerca de cinco mil pessoas. Partidários do PDT se desentenderam com correligionários do PC do B quando, para pôr fim ao longo discurso do ex-governador Leonel Brizola, os últimos começaram a gritar “chega, chega”. Brizola se irritou e criticou os militantes comunistas dizendo que não passavam de “um aparelho ínfimo e desprezível”, que estavam fazendo moletagem e não tinham educação para participar de atos públicos. Antes do início do comício, Brizola já havia acusado o PCB, PC do B e PSB de estarem afastando o povo da campanha pró-diretas com suas “colocações equivocadas”. Por isso, o ex-governador afirmou que esta poderia ser a última vez que o PDT participa de um comício ao lado daqueles partidos.

A confusão de ontem aconteceu por volta das 22h30 — o comício teve início às 17 horas. A partir dos xingamentos de Brizola, os pedetistas não tiveram dúvida: rasgaram bandeiras e cartazes dos militantes do PC do B, e expulsaram o presidente do diretório regional gaúcho, Edson Silva, do palanque oficial. Irritados, o deputado Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT, e vários outros militantes petistas do Rio Grande do

Sul deixaram o local, acompanhados do dirigente do PC do B, João Amazonas.

Antes do discurso de Brizola, Lula havia acusado o presidente José Sarney de ser um “impostor”, através do qual os militares dão os seus recados, e também uma “vacca de presépio dos militares”. Segundo Lula, só há “trombados no Palácio do Planalto”.

Diretas, sem o povo

Admitindo que o engajamento popular às diretas já ainda é pequeno, Brizola culpou, em entrevista antes do comício, os membros do PCB, PC do B e PSB, que vêm defendendo eleições diretas mas com a adoção do parlamentarismo. “O povo está percebendo que isso seria dar com uma mão e tirar com a outra. Eleições diretas, nessas circunstâncias, seriam a eleição de um eunuco, um presidente que não governaria, uma rainha da Inglaterra”, disse.

Quanto ao afastamento de seu partido do PCB, PC do B e PSB, Brizola disse que é “inadmissível estar num mesmo palanque ao lado de pessoas que, por ignorância ou má fé, estejam induzindo a população a cair num equívoco, sem dúvida uma grande fraude, que seria a realização de eleições diretas com parlamentarismo”.



Brizola

Lula

Obstrução à Constituinte

Também falando antes de subir ao palanque das diretas, Lula avisou que se o substitutivo do projeto de Constituição do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, não for satisfatório, “fazendo avançar as questões sociais”, as esquerdas poderão retardar indefinidamente a promulgação da nova Carta.

Explicando sua ameaça, Lula disse que as esquerdas poderão pedir destaques para as votações das 23.700 emendas apresentadas, estourando o cronograma dos trabalhos constituintes. Segundo o líder petista,

o relator Bernardo Cabral será o responsável “pelo que possa acontecer daqui para a frente na Constituinte”, pois ele vem elaborando seu substitutivo sem ouvir as lideranças partidárias.

“Ele está reunido com um grupo de amigos. O projeto não passa pelos partidos, mas pela casa do doutor Ulysses Guimarães, pelo Palácio do Planalto e pelas Forças Armadas. Não passa pela Constituinte, o que é um crime contra a sua soberania”, afirmou o presidente nacional do PT.

Para ele, os trabalhadores não podem permitir que a nova Carta signifique a perda de conquistas já alcançadas. “Nós não podemos aceitar, por exemplo, que a Constituição estabeleça limites mínimos de idade para aposentadoria”, observou. Lula garantiu que, pelo contrário, devem ser reduzidos os períodos de trabalho necessários para aposentadoria — ele defendeu 35 anos para o homem, e 25 para a mulher. Além disso, insistiu em que a nova Constituição deve assegurar a estabilidade no emprego e a redução da jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais.

Se questões como essas não forem incluídas no substitutivo do deputado Bernardo Cabral, “é lógico” que as esquerdas terão de lançar mão de dispositivos regimen-

tais para tentar fazer valer suas propostas, frisou Lula. Ele observou que, para pedir em plenário a votação de emendas em destaque, são necessárias apenas assinaturas de 35 deputados, e as esquerdas, segundo Lula, possuem um bloco de mais de 100 parlamentares — integrantes do PT, PCB, PC do B, PDT e do próprio PMDB.

Para o presidente nacional do PT, é preferível atrasar a promulgação da nova Carta “do que permitir que se passe um rolo compressor sobre a Constituinte, que se aprove uma coisa feita dentro de um clube de amigos, como o deputado Bernardo Cabral está fazendo”.

A mesma tese foi defendida, também em Porto Alegre, pelo deputado federal Hermes Zanetti, do PMDB gaúcho. Ele advertiu que, se for utilizada a alternativa dos pedidos de votação em destaque das 23.700 emendas, os trabalhos da Constituinte poderão prolongar-se por mais três anos. “Nós não queremos bagunçar a Constituinte. O que queremos é garantir avanços na nova Carta, fazer com que ela retrate as aspirações da maioria da Nação. É melhor atrasar os trabalhos do que fazer passar um mau texto”, disse Zanetti, que está “disposto a usar o que puder ser usado para evitar um assassinato político do povo”.

E Cabral falha na arte do despiste

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização decidiu ontem abandonar “o aparelho” que ocupava no Instituto Israel Pinheiro, “estourado” anteontem por outros constituintes. Sua intenção era ficar sozinho e isolado pa-

ra concluir o substitutivo da Constituinte, que deverá entregar na segunda-feira. Entretanto, seus esforços não foram bem-sucedidos, apesar de ter simulado uma viagem para o Rio de Janeiro. Os jornalistas descobriram que ele permaneceu a tarde em sua residência, na superquadra 302 norte, em Brasília, onde recebeu o governador paulista Orestes

Quécia, e depois foi para uma reunião à noite com os relatores adjuntos e outros constituintes.

No início da manhã, quando começou a caça ao novo “aparelho” do relator da Comissão de Sistematização, as informações eram totalmente desencontradas. Diziam que estava escondido num hotel, na casa de um assessor não constituinte e até na residência

oficial de Ulysses Guimarães. Por volta das 10h30, o segredo foi descoberto: Cabral teria sido visto tomando cafézinho no aeroporto e chegou a revelar que estava embarcando para o Rio, tomando a direção da rampa de acesso às salas de embarque. Os jornalistas de Brasília respiraram aliviados. O problema estava transferido para os reporteres

que atuam no Rio. A alegria durou pouco: descobriu-se que a viagem para o Rio de Janeiro era apenas uma operação de despistamento. Com a chegada ao aeroporto do governador Orestes Quécia, por volta de 14h30, todos ficaram sabendo que havia um encontro dele com Cabral. A solução foi acompanhar o governador paulista até a residência do relator e

aguardando a saída de Quécia. A manobra surpreendeu a todos, já que Cabral iludiu até o secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira. Um telefonema para Paulo Afonso do próprio Cabral, comunicava-lhe o embarque para o Rio. Ao deixar a residência do relator, o governador Orestes Quécia confirmou o encontro e disse que Cabral continuava

em casa. Dois jornalistas, que conseguiram romper a vigilância do prédio, foram até ao apartamento e lá foram informados, de que Cabral já havia saído. A princípio todos pensaram que tudo não passava de mais um despistamento e permaneceram de plantão. A solução foi reiniciar a busca. Um dos assessores, Vicente Limonge Neto, contou que Ca-

bral já havia embarcado para o Rio logo após o encontro com o governador Orestes Quécia. Nem todos acreditaram. Os repórteres, no aeroporto de Brasília constataram que Cabral não havia passado por lá e sequer constava das listas de passageiros dos voos com destino ao Rio. As buscas terminaram à noite. Bernardo Cabral tinha localizado seu novo “aparelho” no apar-

tamento do senador Mário Covas, que havia ido com a família para São Paulo, para fazer exames no Incor. Para a reunião no novo “aparelho” foram convocados os senadores José Richa e Almir Gabriel, além dos deputados Euclides Scalco, Arthur da Távola, Konder Reis e Adolfo de Oliveira.

